

 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS - NFS-e	Número da Nota 00000011			
	Data e Hora de Emissão 22/06/2023 14:20:04			
	Código de Verificação ULIN-JQEU			
PRESTADOR DE SERVIÇOS CPF/CNPJ: 27.807.902/0001-90 Inscrição Municipal: 5.773.337-6 Nome/Razão Social: EPUBLIKA, CURSOS PREPARATORIOS, DE CAPACITACAO E TREINAMENTO Endereço: AV BRIG LUIS ANTONIO 3813 - JARDIM PAULISTA - CEP: 01401-001 Município: São Paulo UF: SP				
TOMADOR DE SERVIÇOS Nome/Razão Social: LUIZ DE FRANÇA E SILVA MEIRA CPF/CNPJ: 569.175.897-72 Inscrição Municipal: ---- Endereço: PC dos Três Poderes - Zona Cívico-Administrativa - CEP: 70160-900 Município: Brasília UF: DF E-mail: ----				
INTERMEDIÁRIO DE SERVIÇOS CPF/CNPJ: ---- Nome/Razão Social: ----				
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS 2. Curso Ilícitos administrativos e Penais, Improbidade Administrativa e Crimes Contra a Administração Pública 22/04 a) Administração Pública e Conceito de Servidor Público b) Ilícito Penal X Administrativo c) Concussão, Corrupção Passiva e Facilitação de Contrabando ou Descaminho; d) Desacato, Tráfico de Influência e Corrupção Ativa; e) Prevaricação, Condescendência Criminosa, Administrativa e Violência Arbitrária; Abandono de Função e Violação de Sigilo Funcional; f) Abandono de Função e Violação de Sigilo Funcional; g) Extravio, Sonegação ou Inutilização de Livro ou Documento ; h) Improbidade Administrativa; i) Governança e Compliance; j) Generalidades Eleitorais; k) Leitura Complementar. Pagamento em dinheiro. Curso ministrado ao Senhor Luiz França e Silva Meira.				
VALOR TOTAL DO SERVIÇO = R\$ 7.500,00				
INSS (R\$)	IRRF (R\$)	CSLL (R\$)	COFINS (R\$)	PIS/PASEP (R\$)
-	-	-	-	-
Código do Serviço				
05762 - Serviços de instrução, treinamento e avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.				
Valor Total das Deduções (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R\$)	Crédito (R\$)
0,00	*	*	*	0,00
Município da Prestação do Serviço		Número Inscrição da Obra	Valor Aproximado dos Tributos / Fonte	
-		-	-	
OUTRAS INFORMAÇÕES (1) Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei nº 14.097/2005; (2) Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional;				

Relatório Circunstanciado Das Atividades Desenvolvidas

Curso Ilícitos Administrativos e Penais, Improbidade Administrativa e Crimes contra a Administração Pública - 22/04/2023.

Ato da Mesa nº 43, DE 21/05/2009; Art. 4º, §18, Inciso IV (acrescido pelo Ato da Mesa nº 48, de 3/9/2015)

Em 22/04/2023, através do Escritório Kufa Advocacia, foi aplicado o curso ministrado pela Dra. Karina Kufa, que tratou do tema “Ilícitos Administrativos e Penais, Improbidade Administrativa e Crimes contra a Administração Pública.”

A palestra foi iniciada com a apresentação da pauta do dia que incluiu a explanação e discussão de temas como: Administração Pública e conceito de servidor público; Ilícito penal x ilícito administrativo; Concussão, corrupção passiva e facilitação de contrabando ou descaminho; Desacato, tráfico de influência e corrupção ativa; Prevaricação, condescendência criminosa, advocacia administrativa e violência arbitrária; Abandono de função e violação de sigilo funcional; Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento; Improbidade administrativa; Governança e Compliance; Generalidades Eleitorais.

Aprofundando o material dado no curso, adentrou-se aos detalhes da Lei nº 8.112/90, a definição de servidor conforme o artigo 2º, a criação do cargo público pelo artigo 3º, as diferenças quanto a estabilidade, a forma de ingresso e exoneração, diferenças entre os cargos efetivos (concursados) e os cargos em comissão, além de esclarecer a respeito de condições em que, apesar do efetivo exercício de função pública, a pessoa que desempenha a função não se enquadra nas definições de servidor público, como os cargos temporários, leiloeiros públicos, tabeliães.

Em seguida foi explanada as diferenças entre o “Ilícito Penal” e “Ilícito Administrativo”, esclarecendo a definição de “ato ilícito” na modalidade comissivo e omissivo, concluindo-se que o ato ilícito administrativo se trata da conduta, omissiva ou comissiva, contrária à legislação geral, punível com medidas disciplinares e/ou reparação pecuniária. Frisando-se que, por força da necessária observância a separação dos poderes, as penas são cumulativas e o referido ato pode, em muitos casos, gerar consequências tanto na esfera penal quanto na administrativa.

Após uma pequena pausa, foi explicado cada um dos tipos de ilícito, realizando a leitura dos dispositivos legais que os tipificam e apresentando casos fáticos em que os mesmos ocorreram, com exemplo, favorecendo a compreensão e alcance dos participantes acerca do tema.

Foram relacionados os seguintes ilícitos:

- Concussão, corrupção passiva e facilitação de contrabando ou descaminho;
- Desacato, tráfico de influência e corrupção ativa;
- Prevaricação, condescendência criminosa, advocacia administrativa e violência arbitrária;
- Abandono de função e violação de sigilo funcional;
- Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento;
- Improbidade Administrativa;
- Atos que causam enriquecimento ilícito;
- Atos que causam prejuízo ao erário;
- Atos Atentatórios aos Princípios da Administração Pública.

O conteúdo programático do curso e a forma de explanação dos casos paradigmas foi bastante interessante, pois foi identificar situações corriqueiras que demandam extrema atenção e a adoção de diligências para que não haja dúvidas sobre a licitude dos atos desempenhados pelos servidores de cargos públicos.

Dando seguida ao conteúdo do curso, foram apresentadas as penas as quais se sujeitam os servidores de cargos públicos ao praticarem ilícitos administrativos, além dos reflexos penais possíveis.

Após encerramento das questões penais, foi explorado o tema de “Governança e Complice”, com apresentação dos pontos mais relevantes da Lei 12.846/2013; as boas práticas e a transparência permanente inerente ao serviço prestado pelo Setor Público.

Por fim, o curso foi encerrado com as considerações quanto ao “Abuso de Poder | LCP 64/90”, aprofundando a análise do artigo 22 e seus incisos XIV e XVI.

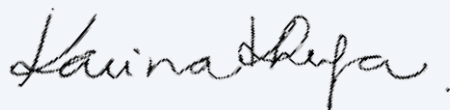
Brasília/DF, 22 de abril de 2023


Karina de Paula
Kufa
SP 245.404
DF 64.212

Certificado de Conclusão de Curso

Luiz de **F**rança e **S**ilva **M**eira

Certificamos que o aluno concluiu o Curso de Ilícitos
Administrativos e Penais, Improbidade Administrativa e
Crimes contra a Administração Pública, ministrado no dia 22
de abril de 2023, com carga-horária de 10 horas.



Karina Kufa

CEO

ePublika®

Cursos | Política, Gestão Pública e Concursos